

**DO PATRIMÔNIO GENÉTICO
AO PATRIMÔNIO CULTURAL:
ABORDAGENS SOBRE
SABERES TRADICIONAIS
NA AMÉRICA LATINA***



ALEXANDRE HERBETTA **, IZABEL MISSAGIA DE MATTOS***

O Brasil é considerado mundialmente um país megadiverso do ponto de vista de seu patrimônio biológico. Nos diversos ambientes que predominam no país se destaca, ainda, a existência de uma gama populacional diversificada, seja do ponto de vista social, cultural ou epistemológico – domínios, aliás, intimamente conectados, muitas das vezes associados aos conhecimentos sobre os territórios. Para fins de regular o acesso sobre o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado, neste mencionado cenário de pluralidade, bem como a exploração econômica de produtos derivados deste acesso, indicando intrínseca relação entre conhecimentos tradicionais e patrimônio genético, foi criada no país a Lei nº 13.123/15, cujos efeitos para os povos tradicionais, como a possibilidade de repartição de benefícios, ainda precisam ser melhor conhecidos e debatidos. Antes disso, o Decreto Nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, havia instituído a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em seu artigo terceiro, são definidas importantes categorias em pauta nesse dossiê, a saber: “povos e comunidades tradicionais”, “territórios tradicionais” e “desenvolvimento sustentável”.

* Recebido em 04.07.2022. Aprovado em 10.07.2022.

** Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). *E-mail:* alexandre_herbetta@yahoo.com.br.

*** Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professora Associada 4 do Departamento de Ciências Sociais da UFRRJ. *E-mail:* belmissagia@gmail.com.

As chamadas comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, caboclos entre outros – são detentoras deste rico e complexo conhecimento gestado na sua relação com o que chamamos natureza. Estes conhecimentos tradicionais estabelecem um estreito vínculo com lugares de referência, por isso a proteção da megadiversidade e do patrimônio genético nacional se encontra também associada às condições de sustentabilidade social destes universos simbólicos compreendidos por saberes dos povos tradicionais, sendo relacionados igualmente a garantia e proteção destes territórios.

A Carta Magna de 1988, chamada Constituição cidadã – elaborada no período da redemocratização nacional, após mais de duas décadas de ditadura civil-militar –, buscou tratar do tema e de seus correlatos. Ela representa um marco histórico para uma nova estruturação da sociedade brasileira, tendo focado nos direitos de cidadania, incluindo aí avanços nos direitos indígenas e de outras populações tradicionais. Direitos estes atualmente ameaçados no contexto de um governo de extrema direita. No mesmo período, outros países latino-americanos passaram por processos similares, alçando a condição de constitucionalidade e direitos mais progressistas, vinculados à territorialidade, educação, cultura, saúde, liberdade de expressão e ao patrimônio nacional. A partir da década de 1990, por exemplo, observamos transformações constitucionais que representaram avanços societários importantes, garantindo, em alguns casos, inovações como direitos da natureza, a garantia da autonomia indígena e a implementação de estados plurinacionais. Há, inclusive, avanços em relação ao uso de noções vinculadas à multiculturalidade que se deslocam em direção a práticas realmente transformadoras, ligadas à noção de pluralidade. Destaque-se a Constituição Política da Colômbia (1991), a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia (2009) e a Constituição Política da República do Equador (1993, com reformas em 1996).

No caso brasileiro, dentre outras coisas, alçamos o patrimônio genético à categoria de bem constitucionalmente protegido. A biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético vêm se tornando assim cada dia mais importantes nos campos científico e tecnológico, bem como em termos conservacionistas. Por patrimônio genético se compreende as informações genéticas oriundas dos seres vivos de todas as espécies.

A agrobiodiversidade constitui uma parte importante da sociobiodiversidade. Este termo designa os diversos elementos, como os espaços cultivados ou utilizados para criação, as espécies manejadas e as cultivadas, bem como as silvestres que lhes são aparentadas, que contribuem para caracterizar a diversidade genética a elas associadas. O conceito de agrobiodiversidade se estende desde o nível de organização ecológica, passando pela biologia e genética. Os sistemas socioeconômicos que geram e constroem a diversidade agrícola também podem ser associados a este conceito (SANTILLI, 2009). Os significados sociais e administrativos associados ao conceito de agrobiodiversidade o situam tanto no universo das políticas públicas voltadas para a “cultura” quanto para a “natureza”. Tais saberes, de fato, podem ser considerados como patrimônios imateriais e reconhecidos mediante a política dos registros, sob o Decreto de 04 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

A agrobiodiversidade pode ser, assim, caracterizada tanto como recurso fitogenético quanto como patrimônio imaterial. O desafio para o pesquisador é o de promover a conexão entre essas diferentes dimensões (FAGUNDES, 2014). Isso se

deve ao fato da diversificação das plantas cultivadas serem resultantes “tanto de fatores naturais quanto culturais”, como afirmou Santilli (2009, p. 95). Por isso mesmo, os sistemas agrobioagrícolas devem ser protegidos tanto no que diz respeito à sua face “material (agroecossistemas e plantas cultivadas)”, como “imaterial (saberes agrícolas)” (2009, p. 384). A etnobióloga Laure Emperaire, nesta mesma chave, define as plantas cultivadas como “objetos biológicos que atendem a critérios culturais de produção, de denominação e de circulação, em constante interação com as sociedades e os indivíduos que os produzem e modelam” (EMPERAIRE, 2005, p. 31).

Os conhecimentos tradicionais, um dos pilares da diversidade do patrimônio genético nacional, são frutos de um processo social de aprendizado, constituídos por saberes articulados entre os mundos cultural, natural e sobrenatural, transmitidos oralmente, de geração em geração, por grupos culturais distintos em seus territórios, e refletem a relação estabelecida entre os povos e seus ambientes. Apresentam e indicam, ainda, outras matrizes epistemológicas, apontando outras maneiras de se entender e produzir os mundos social, cultural e natural. Desta forma, estes conhecimentos problematizam, inclusive, categorias centrais do desenvolvimentismo capitalista brasileiro. Tais projetos desenvolvimentistas historicamente se apoiam na noção de “progresso” e relacionam a ideia de desenvolvimento a um crescimento econômico desigual e predatório, tratando de tentar aumentar o estoque de energia do país, a fim de intensificar a produção capitalista. Nesta direção, fazem circular somas imensas de recursos, intensificam a produtividade e, simultaneamente, tentam a todo custo minimizar e invisibilizar o valor dos intensos impactos ambientais, culturais e sociais, produzindo crises ambientais e sociais gravíssimas como o aquecimento global, a desigualdade social e a pobreza (KAMER; HERBETTA, 2018).

Como ensina o xamã yanomami David Kopenawa, em relação às práticas indígenas e o uso que fazem dos recursos da floresta: “Faz tempo [que a] protegemos, usamos a riqueza da terra, riqueza da alimentação, de saúde, tudo que está no universo”. Segundo o xamã, o “povo da mercadoria”, que somos os não-indígenas, em oposição, só enxerga na floresta insumos a serem extraídos, sem nenhum respeito aos seres que ali existem. No mesmo sentido, para os Apinajé, o território não representa apenas um espaço para a produção capitalista, pois se encontra conectado intrinsecamente com outros domínios da vida, como a organização social, os ritos, o acesso aos recursos naturais, à saúde e, por fim, à própria existência indígena (KAMER; HERBETTA 2018).

Desta forma, se tomamos “categorias e epistemologias endógenas a sério, com foco na produção de conhecimento”, assim como Oyewumi (2016, p. 01) faz em sua análise dos Yourubá do sudeste nigeriano, não se pode entender sustentabilidade nem patrimônio genético sem se levar em consideração estas outras formas de se conhecer o planeta. Não há sustentabilidade sem uma profunda transformação epistemológica e política sobre práticas e relações sociais, pautadas em legislação e políticas públicas que possuam a escuta e abertura adequadas à interculturalidade crítica e a decolonialidade. Desta forma, ainda que preservados por determinados marcos legais, os saberes tradicionais não se posicionam, de fato, de forma equânime aos conhecimentos ocidentais, permanecendo no plano da subalternidade. Segundo Maria do Socorro P. Silva e outros (SILVA *et al.*, 2021, p. 16), “neste contexto, as políticas públicas em referência fortalecem seu caráter monocultural, intensificando mecanismos de decisão centralizadas e reproduzindo uma estrutura de poder com decisões autoritárias e violentas...
5 excluindo os saberes indígenas e de outras populações”.

As afirmações indígenas e não indígenas acima expressas têm profunda relação com o que afirma Dietz e Mateos (2011, p. 59) acerca de processos de dominação em sociedades latino-americanas. Para eles, “o reconhecimento do caráter colonial das sociedades latino-americanas nos leva a intuir o caráter igualmente colonial de seus distintos conhecimentos. Essas continuidades e seu impacto em nossas percepções e autoimagens levantam a necessidade de uma reconstituição epistemológica”.

A luta destas comunidades tradicionais pela demarcação de seus territórios tradicionais se encontra, assim, relacionada, ao mesmo tempo, à luta pela preservação das diversidades naturais e à valorização das suas diversas tradições culturais e intelectuais. No contexto atual, os direitos garantidos constitucionalmente, inclusive, os conhecimentos tradicionais e a preservação e gestão de territórios brevemente mencionados se encontram duramente ameaçadas por avanço de forças anti-indígenas em níveis municipal, estadual e federal. A situação se torna mais grave com o avanço de forças políticas de extrema direita que intensificam processos de exploração de recursos e territórios e aceleram ainda mais a destruição destes espaços e o acúmulo de capital em pequenas parcelas da população.

Este cenário de permanente ameaça ao patrimônio genético impacta a produção de conhecimento e a dignidade das futuras gerações, na medida em que a garantia da transmissão dos conhecimentos tradicionais associados se encontra relacionada à existência dos territórios vinculados a esses povos. Outra forma de salvaguarda desses conhecimentos se relaciona a processos de educação baseados em novas matrizes epistemológicas que propõem, efetivamente, avanços e soluções às noções e práticas predatórias pautadas em uma ideologia neoliberal. Para Silva e outros (SILVA *et al.*, 2021, p. 17), “essa discussão mostra como políticas públicas precisam, de fato, mudar seus velhos paradigmas, centrados na fragmentação dos conhecimentos, na racionalização do mundo e no distanciamento cultural e humano”.

Mediante o complexo e perigoso contexto que se comenta aqui, em que se discute a finitude dos recursos naturais, a ameaça sobre os direitos cidadãos conquistados com muita luta, o avanço das crises climática e civilizatória, o avanço da fome e da pobreza e a intensificação da desigualdade social, surge a necessidade de refletirmos sobre a importância da preservação dos conhecimentos tradicionais e sua dependência relativa à preservação ambiental. É condição para isso, ademais, pensarmos por uma perspectiva epistemológica e política, buscando promover a prática de outras políticas públicas e relações sociais.

Considerando a relevância das temáticas que envolvem a relação entre a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais, a revista *Habitus*, nesta edição, v. 20, n. 1, ano 2022, fortalece com essa discussão apresentando estudos de casos e documentos relacionados aos conhecimentos tradicionais e biodiversidade, além de textos analíticos sobre os temas em tela por meio de escritos indígenas e não indígenas de territórios diversos da América Latina. Procuramos, então, promover tais discussões com o intuito de poder, de maneira mais concreta e evidente, pensar em outros mundos possíveis, mais justos socialmente e equilibrados ambientalmente.

O dossiê é composto por dez artigos que abordam diferentes abordagens do tema dos conhecimentos tradicionais, em investigações baseadas em experiências etnográficas no Brasil, México e Chile.

Os três primeiros artigos tratam dos conhecimentos tradicionais relacionados à saúde, dois deles associados a formação de redes de detentore(a)s de conhecimentos, 6

e outro sobre a articulação da valorização dos saberes sobre a saúde com a defesa dos direitos territoriais quilombola.

São eles o artigo da antropóloga Sabrina Almeida, intitulado “Iniciativas comunitárias para o uso sustentável da biodiversidade: o caso da articulação Pacari Raizeiras do cerrado”, que visa a conciliar a prática da medicina tradicional com o uso sustentável do cerrado. Os integrantes desta rede desenvolvem atividades para o manejo sustentável dos recursos do cerrado, ao mesmo tempo em que buscam proteger os conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade. O segundo artigo agrupado sob a temática da saúde é intitulado “Rede Raízes RJ: Povos tradicionais e saberes territorializados”, de autoria das antropólogas Rachel De Las Casas e Izabel Missagia de Mattos, e analisa depoimentos de representantes de povos tradicionais reunidos no Encontro Raízes RJ (2021) à luz de reflexões teóricas sobre conhecimentos tradicionais, saúde e território. O terceiro artigo do bloco, de Lucimberg Camargo Dias e Edson Caetano, igualmente enfoca a temática da saúde em relação a território, e se intitula “Valorização e salvaguarda dos saberes ancestrais de cura”. Neste artigo os autores discutem a valorização e a salvaguarda dos saberes ancestrais de cura e cuidado dos raizeiros e raizeiras, garrafeiros e garrafeiras do Coletivo Saberes e Fazeres Curativos do Quilombo de Mata Cavalo, com o objetivo de evidenciar a importância das práticas da medicina popular como forma de resistência e de construção da identidade do povo quilombola.

A antropóloga mexicana Berenice Morales Aguilar, em seu artigo intitulado “La función de pesca y el saber tradicional en la lucha por el territorio de la comunidad caiçara de Vila do Aventureiro, Rio de Janeiro, Brasil”, além de situar historicamente o território da comunidade caiçara no estado do Rio de Janeiro, contextualiza o jogo político de forças para despojá-la, assim como os impactos das políticas de conservação ambiental sobre o território. A etnografia da pesca caiçara realizada demonstra a importância que a comunidade passou a conferir às atividades tradicionais para a defesa do território.

O artigo intitulado “A construção de carros de boi: carapinas e saberes tradicionais”, de Túlio Mendanha, envolve a atividade de carapina (construtor de carro de boi) em Goiás, que relaciona os conhecimentos técnicos tradicionais com os problemas do patrimônio, dos ditames jurídicos, das legislações ambientais e da transmissão de saberes por meio do trabalho. O reconhecimento simbólico do ofício do construtor de carro de boi (carapina), de acordo com a análise do autor, deve estender-se a dinâmicas relacionadas, como a questão da preservação e da demarcação ambiental necessária para a sustentabilidade da profissão.

Entre os demais cinco artigos, dois se inserem no campo da interculturalidade crítica, refletindo em possibilidades na educação que buscam valorizar os conhecimentos tradicionais e, por meio delas, gerar novas consciências sobre recursos conhecimentos e territórios. Os três últimos constituem leituras sobre diferentes contextos de encontros culturais ocorridos no passado e em movimentos contemporâneos.

No bloco denominado “interculturalidade crítica” se inserem respectivamente os artigos de Saul Alejandro Garcia e o de Miguel Cornelio Cruz e Cecilia Erna Gutiérrez González. O primeiro é intitulado “Promover el patrimonio biocultural y conocimiento tradicional ancestral desde la dimensión educativa” e discorre sobre o conceito de patrimônio biocultural enquanto “paradigma cultural” de valorização de comunidades ancestrais em seus cuidados relativos aos recursos naturais, com o objetivo de refletir sobre a promoção dos saberes e práticas tradicionais associadas ao

cuidado, conservação e usos adequados dos recursos naturais, por meio da educação escolar. O autor comenta dois casos concretos de educação institucional no México que tomam como base o referido conceito: o primeiro, em Universidades Interculturais e o segundo, na formação de professores para a educação indígena. Desta forma, refletem sobre impactos e limites para a formação de pessoas vinculadas ao território. O segundo artigo do bloco, intitula-se “Cartografía curricular comunitaria: hacia un giro comunitario-territorial en educación”, e considera como a proposta educativa-metodológica da cartografia social pode fortalecer um giro educativo em direção às dimensões comunitárias e territoriais. Para tanto, os autores compartilham experiências, reflexões e descobertas em torno dos temas dos saberes tradicionais e construção de mapas de culturais ou bioculturais.

Por fim, os dois últimos artigos analisam a importância dos símbolos históricos que se referem ao legado ancestral para os povos contemporâneos em seus movimentos sociais. O primeiro, de autoria do antropólogo Marcel Mano, intitula-se “Contatos e interseções culturais numa área de fronteira: passado e presente indígena no triângulo mineiro” discorre sobre os processos de ocupações indígenas nas regiões dos atuais Triângulo Mineiro, Norte de São Paulo e Sul de Goiás. Com base em dados oriundos da Arqueologia, da Etnologia e da História Indígena, na intenção de demonstrar que a região constitui uma área de fronteira e interseção entre diferentes povos que incorporaram estratégias adaptativas, ainda observável por meio da emergência atual de dois movimentos indígenas organizados na região. Já o segundo artigo, do também antropólogo Pedro Cañales, constitui uma revisão crítica sobre a origem da bandeira mapuche *Wenufoye*. Em “El nacimiento de una bandera: movimiento Mapuche, quinto centenario y estado chileno en octubre de 1992”, o antropólogo acompanha o surgimento da “vida pública” da bandeira, por meio de pesquisa arquivística e de artigos publicados na imprensa que identifica tensões entre a emergente democracia chilena e o movimento mapuche.

O dossiê conta ainda com duas resenhas de importantes obras sobre o tema. A primeira foi elaborada por Izabel Missagia e diz respeito ao livro *Frontiers of Citizenship: A Black and Indigenous History of Postcolonial Brazil*, redigido por Yuko Miki, e publicado em 2018. A segunda resenha é de Francisco Noelli e refere-se a obra *Práticas mortuárias de grupos de línguas Tupi-Guarani: análise de contextos das regiões do Paranapanema e alto Paraná*, redigida por Mariana Alves Pereira Cristante, e publicada em 2020.

Para fechar, o dossiê conta com uma entrevista ao antropólogo e professor João Pacheco de Oliveira, a qual versa sobre temas importantes para o país, como a relação entre populações indígenas e o Estado, a luta e garantia de direitos indígenas, a possibilidade de uma sociedade intercultural, baseada em relações justas entre populações distintas e, ainda, reflexões sobre perspectivas antropológicas acerca de patrimônio, autoria e política contemporânea. Temas tratados pelo antropólogo, referência importante no campo de conhecimento, ao longo de sua vasta obra. As questões foram elaboradas pelos editores organizadores do presente dossiê, Alexandre Herbetta e Izabel Missagia e pela co-editora da revista *Habitus*, Marlene Ossami Moura de Castro.

Desejamos aos leitores uma ótima leitura!

Referências

DIETZ, Gunther; MATEOS CORTÉS, Laura Selene. *Interculturalidad y educación intercultural en México*. Un análisis de los discursos nacionales e internacionales en

su impacto en los modelos educativos mexicanos. México: Secretaria de Educación Pública (SEP), 2011.

EMPERAIRE, Laure. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recursos e patrimônio. *Revista do Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 32, p. 23-35, 2005.

FAGUNDES, Guilherme Moura. *Recursos e patrimônios*. Matéria e forma nas políticas da agrobiodiversidade. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Brasília, 2014.

KAMÊR Júlio Ribeiro Apinajé; HERBETTA Alexandre. Cantos filosóficos e a possibilidade de uma pluriversidade. *Revista Articulando e Construindo Saberes*, UFG, 2018.

OYEWUMI, Oyronke. *What gender is motherhood?* Changing Yourubá ideals of power, procreation and identity in the age of modernity. UK: Palgrave Macmillan, 2016.

SANTILLI, Juliana. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2009.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da; HERBETTA Alexandre; POCUHTO Taís; GUAJAJARA Cintia; JUKUREAKIREU Antônio Boe; WAURA; Asariku; KAYABI Muni; MEHINAKU Kemenha; YUDJÀ José; KRIKATI Clarice; EIBAJIWU Agostinho; KAYABI Makatu; KARAJÁ Umya. Histórias da Covid-19: reflexões sobre violências desveladas na pandemia e o potencial das plantas-pessoas-espíritos. *Revista Articulando e Construindo Saberes*, UFG, 2021.